

# alameda digital

*actualidades, ideias e cultura*

## Editorial

por Carlos Bobone

Num país enfeitado para a campanha de compras de Natal, surgem os primeiros cartazes de uma inovadora campanha “contra a humilhação” das mulheres. A imagem escolhida tem poder de choque: uma mulher é conduzida a julgamento sob escolta e esconde a cara com a camisola para que não a reconheçam nas fotografias. A vergonha e a humilhação encontram-se estampadas na atitude dela.

Poucos dias depois da colagem dos primeiros cartazes, os jornais trazem a público o caso do músico que matou a mulher. A fotografia que acompanha as notícias mostra o presumível criminoso a fazer o gesto que já conhecemos: esconde a cara com o casaco. Não podemos saber se este uxoricida sofreu a influência da campanha em curso. Provavelmente esteve demasiado absorvido nos seus problemas para prestar atenção a questões de interesse público. O que podemos verificar, no entanto, é que na hora de ser conduzido perante a justiça ele agiu como se estivesse a seguir à risca as directivas dos conselheiros de imagem da campanha do aborto: centrar as atenções sobre o acusado e o seu drama pessoal; deixar na penumbra o acto em si, e na escuridão total a vítima do mesmo. Sobretudo, evitar qualquer alusão a esta última.

Um adepto do direito à vida, quando observa a vozearia feita à volta dos julgamentos de mulheres que abortaram, sentirá a mesma sensação de estranheza que experimenta um historiador ao estudar casos de mulheres assassinadas pelos maridos no século XIX. Havendo suspeitas de adultério, toda a indulgência da opinião pública se encontrava do lado do marido. Um homem célebre, como Vieira de Castro, era lamentado e elogiado por toda a imprensa, que se apiedava do seu drama, da sua infelicidade, da sua brilhante carreira interrompida. O leitor assiste mudo a este coro de lamentações, com vontade de o interromper para perguntar: Então e o que ele fez? Aquele corpo sem vida não vos diz nada ao sentimento?

Embora nos pareça claro que a defesa da vida acompanha os progressos da civilização, a verdade é que em muitas épocas o conceito de vida humana esteve subordinado aos preconceitos dominantes. No século XIX o ultraje do marido enganado era considerado suficientemente grave para pôr de parte as considerações humanistas. No nosso tempo há quem pense que a humanidade, privada durante séculos do gozo dos prazeres sexuais, deve emancipar-se de todos os obstáculos que a moral tradicional lhe apresenta, recuperando plenamente o direito a usufruir o corpo. Esta é a moral que se pretende instaurar, e é em nome de tais valores que se pretende apresentar a questão do aborto como mais um episódio da secular batalha contra os que pretendem reprimir a humanidade, privá-la do gozo dos prazeres da vida.

Será possível que o público se deixe comover com uma visão tão parcial e incompleta do problema? Os profissionais da comunicação de massas asseguram que sim, e com o seu pragmatismo souberam calar aqueles que por um escrúpulo de honestidade prefeririam chamar as coisas pelos nomes, não por alcunhas pedantes. Quando se trata de cativar as atenções públicas, cada um apresenta-se com o nome que escolhe e não são raros os que renegam o seu nome de origem, enfeitando-se com apelidos de fantasia que impressionam os mais ingénuos.

Evidentemente, não basta tapar a cara com o casaco ou a camisola para se receber a solidariedade dos nossos liberalizadores. A categoria de “humilhada” só se concede a uma pessoa que seja chamada a prestar contas em tribunal, desde que os actos pelos quais esta responde não constituem crime. E para se acreditar que a prática de aborto não é crime recomenda-se uma condição prévia: negar a humanidade do feto. A revolta contra o julgamento das mulheres anda estreitamente associada com todos os argumentos que possam pôr em dúvida a existência de um ser humano na vida anterior ao parto. Estas são as cláusulas ocultas do contrato que se pretende apresentar ao eleitorado: votando ostensivamente contra a “humilhação das mulheres”, o eleitor fica comprometido com uma mensagem de negação da vida.

A campanha “contra a humilhação” das mulheres representa, pois, a submissão das ideologias às técnicas de comunicação, das convicções aos resultados práticos. Atitude prudente de quem já percorreu estes caminhos referendários, torna-se

compreensível quando temos em conta que os veteranos da liberalização do aborto experimentaram em tempos, sem grande sucesso, a via da sinceridade. Centrando-se no essencial da questão, em campanhas anteriores, disseram com franqueza que no seu entender um feto não era um ser humano e por conseguinte não devia estar protegido pelo aparelho jurídico que defende a nossa espécie. Reflectindo, posteriormente, sobre a resistência que a sua mensagem encontrou, perceberam que numa batalha pela imagem não se ganham pontos negando a humanidade de pequenos seres cujos movimentos podem ser observados por qualquer leigo na matéria. Optaram, então, por esta campanha, tentando diabolizar os defensores do “não” e vestir-lhes uma pele de carrascos, antes que eles possam abrir a boca.

Assim se vão perdendo, à medida que se aproxima a data do referendo, as oportunidades para discutirmos o que verdadeiramente divide os adeptos do “não” e os do “sim”.